

Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — Artur Águedo de Oliveira — Adolfo do Amaral Abranches Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS COLÔNIAS

Decreto n.º 38:099

Pelo Decreto n.º 38:028, de 3 de Novembro de 1950, foi concedida a necessária autorização, nos termos do § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27:563, de 13 de Março de 1937, para a celebração do contrato de fornecimento de oito locomotivas Garratt destinadas a completar o apetrechamento do Caminho de Ferro da Beira.

Circunstâncias supervenientes não permitiram que se fizesse uso daquela autorização, pelo que se torna agora necessário que a mesma seja conferida de harmonia com as condições em que vai ser realizado o fornecimento.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Fica autorizado o Ministro das Finanças, por intermédio da Direcção-Geral da Fazenda Pública, a celebrar com a firma Breyner & Wirth, L.^{da}, contrato para fornecimento de oito locomotivas Garratt para apetrechamento do Caminho de Ferro da Beira, devendo os encargos do mesmo fornecimento ser satisfeitos pela forma seguinte:

No ano económico de 1950	7:615.706\$20
No ano económico de 1951	1:903.926\$50
No ano económico de 1952	17:779.818\$00
No ano económico de 1953	1:903.926\$50
	<hr/>
	29:203.377\$20

§ 1.º As importâncias que não forem despendidas num dos anos económicos acima indicados sé-lo-ão no seguinte.

§ 2.º As importâncias constantes do presente artigo acrescerão as despesas acessórias resultantes de diferenças no frete e seguro cotados ou nas cotações do franco belga vigentes nas datas dos pagamentos em relação à que vigora na presente data.

Art. 2.º Até 31 de Dezembro de 1950 o Ministro das Finanças fixará por despacho, ouvido o das Colónias, a forma de reembolso pelo Caminho de Ferro da Beira das importâncias despendidas em execução do contrato a que se refere o presente decreto.

Art. 3.º Considera-se nula e substituída pela conferida no presente diploma a autorização dada no Decreto n.º 38:028, de 3 de Novembro de 1950.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Moçambique.

Paços do Governo da República, 20 de Dezembro de 1950. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Artur Águedo de Oliveira — Manuel Maria Sarmento Rodrigues.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

5.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Publica-se, de harmonia com o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que S. Ex.^a o Ministro da Guerra, por seu despacho de 4 de Julho último, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência de 100.000\$ da verba da alínea a) «Auxílio para alimentação e alojamento, nos termos do Decreto-Lei n.º 37:704, de 30 de Dezembro de 1949» do n.º 1) do artigo 411.º, capítulo 18.º, do então orçamento do Ministério da Guerra em vigor para a verba da alínea c) «Missões e viagens de outros cursos» do n.º 2) dos referidos artigo, capítulo e orçamento.

Esta transferência de verba mereceu o acordo de S. Ex.^a o Ministro das Finanças, por seu despacho de 5 de Dezembro corrente, de harmonia com o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 33:538, de 21 de Fevereiro de 1944.

5.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 14 de Dezembro de 1950. — O Chefe da Repartição, Ildefonso Ortigão Peres.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção-Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 13:385

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 4.º do Decreto n.º 37:879, de 8 de Julho de 1950, o seguinte:

1) Angola

Reforçar com as importâncias que se indicam as seguintes verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor:

CAPÍTULO 8.º

Serviços militares

Artigo 989.º, n.º 3), alínea b) «Despesas com o pessoal — Outras despesas com o pessoal — Despesas de deslocação — Passagens de ou para o exterior — Por motivo de licença graciosa — A pagar na colónia»	200.000,00
Artigo 989.º, n.º 10) «Despesas com o pessoal — Outras despesas com o pessoal — Outras despesas que não constituem remuneração paga a dinheiro — Subsídios para funerais — A pagar na colónia»	10.000,00
Artigo 991.º, n.º 2) «Despesas com o material — Aquisições de utilização permanente — Móveis»	350.000,00
Artigo 992.º, n.º 1) «Despesas com o material — Despesas de conservação e aproveitamento — Imóveis»	390.000,00
Artigo 993.º «Despesas com o material — Material de consumo corrente»	30.000,00
Artigo 996.º, n.º 2) «Pagamento de serviços — Diversos serviços — Serviços de recrutamento» . . .	250.000,00

usando para contrapartida igual importância a sair da verba do capítulo 8.º, artigo 987.º, n.º 1) «Serviços militares — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos», da mesma tabela de despesa.

2) Estado da Índia

Reforçar com as importâncias que se indicam as seguintes verbas da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor:

CAPÍTULO 8.^o

Serviços militares

Artigo 296. ^o , n. ^o 2) «Despesas com o pessoal — Outras despesas com o pessoal dentro da colónia — Fardamento e calçado — Incluindo a indemnidade para cabos e soldados que se fardam por conta própria»	10:000-00-00
Artigo 297. ^o , n. ^o 2) «Despesas com o material — Aquisições de utilização permanente — De móveis»	8:000-00-00
Artigo 304. ^o , n. ^o 1) «Diversos encargos — Encargos administrativos — Dotação para as escolas militares»	5:000-00-00
	<u>23:000-00-00</u>

usando para contrapartida as seguintes disponibilidades da mesma tabela de despesa:

CAPÍTULO 8.^o

Serviços militares

Artigo 294. ^o , n. ^o 1), alínea a) «Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei — Vencimentos»	21:000-00-00
Artigo 295. ^o , n. ^o 5) «Despesas com o pessoal — Remunerações accidentais — Gratificação de readmissão a praças»	2:000-00-00
	<u>23:000-00-00</u>

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Angola e do Estado da Índia.

Ministério das Colónias, 20 de Dezembro de 1950.— O Ministro das Colónias, *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.^o 13:386

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, nos termos do artigo único do Decreto-Lei n.^o 28:082, e ouvida a Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, que aos tipos de bacalhau mencionados na Portaria n.^o 11:542, de 23 de Outubro de 1946, seja acrescentado o tipo «Alecrijm», constituído por peixes desta qualidade e afins com peso superior a 300 gramas.

Ministério da Economia, 20 de Dezembro de 1950.— O Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, *Jorge Pereira Jardim*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral de Caminhos de Ferro

Portaria n.^o 13:387

Tornando-se necessário regular as condições para a aceitação ao transporte interno por caminho de ferro de substâncias classificadas como perigosas: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Comu-

nicações, aprovar o respectivo regulamento, que faz parte integrante desta portaria.

Ministério das Comunicações, 20 de Dezembro de 1950.— O Ministro das Comunicações, *Manuel Gomes de Araújo*.

Prescrições relativas ao transporte de substâncias perigosas nos caminhos de ferro da rede nacional

TÍTULO I

CAPÍTULO I

Enumeração e classificação das substâncias consideradas perigosas para efeito da aplicação deste regulamento

Artigo 1.^o As presentes prescrições regulam a aplicação aos transportes internos na rede ferroviária nacional das substâncias consideradas perigosas que fazem objecto do anexo I à Convenção Internacional Relativa ao Transporte de Mercadorias em Caminho de Ferro (CIM), publicado no *Diário do Governo* n.^o 218, 1.^a série, de 18 de Setembro de 1940.

§ único. Essas substâncias, indicadas expressamente na relação alfabética que constitui o título III do presente regulamento, só poderão ser aceites ao transporte em caminho de ferro quando forem cumpridas as condições especiais que para cada uma delas se exigem e as comuns, que se indicam para cada grupo na classificação geral estabelecida no título I.

Art. 2.^o As mercadorias, substâncias e matérias perigosas às quais se aplicam estas prescrições estão agrupadas nas classes seguintes:

Classe I — Substâncias susceptíveis de explosão:

Classe I-a — Explosivos;
Classe I-b — Munições;
Classe I-c — Detonadores, cargas, peças de fogo de artifício;
Classe I-d — Gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos, sob pressão;
Classe I-e — Substâncias que, pelo contacto com a água, desenvolvem gases inflamáveis ou que facilitam a combustão.

Classe II — Substâncias sujeitas a inflamação espontânea.

Classe III — Substâncias inflamáveis:

Classe III-a — Líquidos combustíveis ou inflamáveis;
Classe III-b — Substâncias sólidas inflamáveis.

Classe IV — Matérias venenosas.

Classe V — Matérias corrosivas e cáusticas.

Classe VI — Matérias repugnantes ou susceptíveis de produzir infecção.

CAPÍTULO II

Disposições especiais relativas ao transporte de substâncias perigosas por caminho de ferro

Art. 3.^o As substâncias, matérias e objectos que correspondem à definição das classes I, II e VI só se aceitarão ao transporte por caminho de ferro se estiverem expressamente incluídos na relação alfabética que faz